



Relatório e Contas

2014

Índice

1.	RELATÓRIO DE GESTÃO	3
1.1.	INTRODUÇÃO	3
1.2.	GOVERNO DA SOCIEDADE	3
1.3.	SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA	3
1.4.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E GESTÃO EMPRESARIAL	3
1.5.	RECURSOS	4
1.6.	RESULTADOS DO EXERCÍCIO	4
1.7.	SITUAÇÃO PATRIMONIAL	5
1.8.	PERSPETIVAS FUTURAS	6
1.9.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	6
2.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ANEXAS	7

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1. INTRODUÇÃO

A CTT GEST – Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, SA é uma empresa do Grupo CTT, criada em Dezembro de 2003, com o objetivo de prestar serviços de gestão às empresas do Grupo, nomeadamente nos seguintes domínios:

- Estudos de estratégia e desenvolvimento empresarial;
- Prestação de serviços de assessoria e gestão empresarial;
- Locação de máquinas e equipamentos de tratamento, transporte e distribuição de envios postais, e respetiva prestação de serviços;
- Licenciamento de direitos de propriedade intelectual.

Ao longo de 2014, a CTT Gest prestou aos CTT serviços de *outsourcing* dos serviços de assistência em escala de terceiros de correio no aeroporto de Lisboa.

1.2. GOVERNO DA SOCIEDADE

Na Assembleia-Geral da Sociedade realizada em 30 de novembro de 2012 foram eleitos, para o triénio 2012/2014 os membros dos órgãos sociais da sociedade. Foi igualmente deliberado que os membros eleitos na altura fossem dispensados da prestação de caução.

Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração – Dr.ª Dionízia Maria Ribeiro Farinha Ferreira

Vogal do Conselho de Administração - Dr. Hernâni Joaquim Mateus Santos

A Presidente do Conselho de Administração eleita é, simultaneamente, vogal do Conselho de Administração dos CTT – Correios de Portugal, S.A. – Sociedade Aberta (CTT), não auferindo, assim, qualquer tipo de remuneração pelo exercício de funções na Sociedade.

Fiscal Único

As funções de Fiscal Único são exercidas pela KPMG & Associados, SROC, SA, representada pela Dr.ª Maria Cristina Santos Ferreira, sendo suplente o Dr. Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho, Revisor Oficial de Contas.

1.3. SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA

No Relatório de Sustentabilidade 2014 dos CTT constam os elementos referentes à Sociedade.

1.4. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E GESTÃO EMPRESARIAL

Em 2014, a CTT Gest prestou serviços de assessoria aos CTT em vários domínios relevantes para a prossecução de objetivos estratégicos definidos pelos CTT.

1.5. RECURSOS

Em 31 de dezembro de 2014, a Empresa tinha 22 colaboradores no seu quadro de pessoal próprio, dos quais 18 estavam cedidos aos CTT.

A estes acresciam 16 trabalhadores cedidos pelos CTT e 3 pela Mailtec Processos, bem como 1 trabalhador com contrato a termo certo.

A empresa oferece um seguro de saúde aos seus colaboradores.

1.6. RESULTADOS DO EXERCÍCIO

O Resultado Operacional e o Resultado Líquido foram positivos em 1.132 m.€ e 874 m.€ respetivamente.

O Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) registou um decréscimo de 101 m.€, conforme se discrimina:

milhares de €	2014	2013	Δ 14/13	$\Delta\%$ 14/13
Prestações de Serviços	1 730	1 838	-108	-6%
Fornecimentos e Serviços Externos	-596	-552	-44	-8%
Gastos com o Pessoal	-542	-855	313	37%
Provisões	25	44	-19	-43%
Outros Rendimentos e Ganhos	518	792	-274	-35%
Outros Gastos e Perdas	-2	-3	1	33%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-1	-31	30	97%
Resultado Operacional	1 132	1 233	-101	-8%

As prestações de serviços englobam:

- a assessoria aos CTT no valor de 129 m.€,
- a prestação de serviços de tratamento do correio aéreo no valor de 718 m.€,
- e os *royalties* e licenças relativas à marca PayShop no valor de 883 m.€.

A variação ocorrida nos gastos com pessoal deve-se fundamentalmente à transferência de quadros superiores cedidos aos CTT para os quadros da empresa-mãe, o que foi acontecendo ao longo do exercício.



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

milhares de €	2014	2013	Δ%14/13
Vendas e prestações de serviços	1 730	1 838	-6%
Fornecimentos e serviços externos	-596	-552	-8%
Gastos com o pessoal	-542	-855	37%
Provisões	25	44	-43%
Outros rendimentos e ganhos	518	792	-35%
Outros gastos e perdas	-2	-3	33%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1 133	1 264	-10%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1	-31	97%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1 132	1 233	-8%
Juros e gastos similares incorridos	0	0	
Resultado antes de Impostos	1 132	1 233	-8%
Imposto sobre o rendimento	-258	-328	21%
Resultado líquido do período	874	905	-3%

1.7. SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Da comparação dos balanços em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 ressaltam como alterações na situação patrimonial financeira:

BALANÇO

milhares de €	2014	2013	Δ%14/13
ATIVO NÃO CORRENTE	1 202	1 203	0%
Ativos intangíveis	1 202	1 203	0%
ATIVO CORRENTE	347	2 016	-83%
Clientes	198	257	-23%
Acionistas/sócios	41	13	215%
Outras contas a receber	73	105	-30%
Caixa e equivalentes de caixa	35	1 640	-98%
TOTAL DO ATIVO	1 549	3 218	-52%
CAPITAL PRÓPRIO	1 234	2 825	-56%
Capital realizado	300	1 600	-81%
Reservas	60	320	-81%
Resultado líquido do período	874	905	-3%
PASSIVO NÃO CORRENTE	26	51	-49%
Provisões	26	51	-49%
PASSIVO CORRENTE	289	341	-15%
Fornecedores	67	59	14%
Estado e outros entes públicos	73	89	-18%
Outras contas a pagar	149	193	-23%
TOTAL DO PASSIVO	315	393	-20%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	1 549	3 218	-52%

O ativo diminuiu em 1,7 M.€, montante que assenta fundamentalmente na redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa em 1,6 M.€, fruto da redução no capital próprio ocorrida em abril, considerado excessivo para o nível de atividade atual.

1.8. PERSPETIVAS FUTURAS

A atividade da empresa, em 2015, continuará centrada no domínio da prestação de serviços de assessoria e gestão empresarial à empresa-mãe e às empresas do Grupo CTT.

1.9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

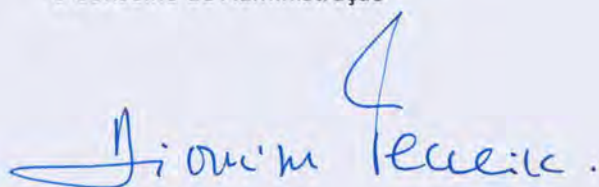
O resultado líquido obtido no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi positivo no valor de 873.560,88 Euros.

Propõe-se a seguinte aplicação de resultados:

- Para gratificações de balanço a colaboradores um montante máximo de 15.650,00€;
- Para dividendos ao acionista: 857.910,88 Euros

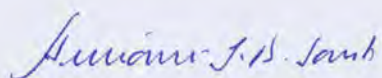
Lisboa, 27 de fevereiro de 2015

O Conselho de Administração



Dr.ª Dionízia Maria Ribeiro Farinha Ferreira

Presidente



Dr. Hernâni Joaquim Mateus Santos

Administrador

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ANEXAS

2.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

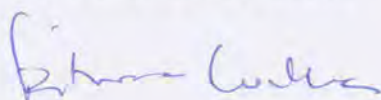
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

Unidade Monetária: Euro

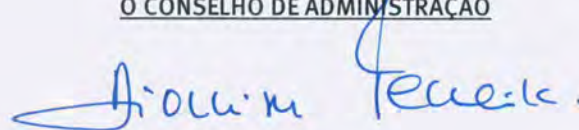
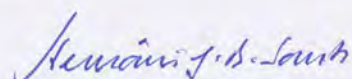
	NOTAS	31-12-2014	31-12-2013
ATIVO			
<u>Ativo não corrente</u>			
Ativos intangíveis	8	1 202 009	1 202 839
Total do ativo não corrente		1 202 009	1 202 839
<u>Ativo corrente</u>			
Clientes	10	198 127	256 908
Acionistas/ sócios e empresas do Grupo	6	41 028	12 458
Outras contas a receber	10	72 417	105 213
Caixa e equivalentes de caixa	4	35 165	1 640 482
Total do ativo corrente		346 737	2 015 060
Total do ativo		1 548 746	3 217 899
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
<u>Capital próprio</u>			
Capital realizado	12	300 000	1 600 000
Reservas legais	13	60 000	320 000
Resultado líquido do período		873 561	905 375
Total do capital próprio		1 233 561	2 825 375
<u>Passivo</u>			
<u>Passivo não corrente</u>			
Provisões	16	26 220	51 221
Total do passivo não corrente		26 220	51 221
<u>Passivo corrente</u>			
Fornecedores	17	66 759	59 102
Estado e outros entes públicos	18	72 756	89 187
Outras contas a pagar	17	149 450	192 984
Diferimentos	11	-	31
Total do passivo corrente		288 965	341 303
Total do passivo		315 185	392 524
Total do capital próprio e do passivo		1 548 746	3 217 899

As notas anexas fazem parte integrante dos balanços para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

Unidade Monetária: Euro

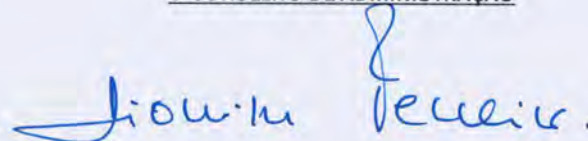

	Notas	31-12-2014	31-12-2013
Vendas e serviços prestados	19	1 730 207	1 838 151
Fornecimentos e serviços externos	21	(596 069)	(552 270)
Gastos com o pessoal	22	(542 005)	(854 469)
Provisões (aumentos/reduções)	16	25 001	44 451
Outros rendimentos e ganhos	20	518 416	791 835
Outros gastos e perdas	24	(2 316)	(3 377)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		<u>1 133 234</u>	<u>1 264 321</u>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	23	(830)	(31 397)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>1 132 404</u>	<u>1 232 924</u>
Juros e gastos similares incorridos	25	(1)	-
Resultados antes de impostos		<u>1 132 403</u>	<u>1 232 924</u>
Imposto sobre o rendimento	26	(258 842)	(327 550)
Resultado líquido do período		<u>873 561</u>	<u>905 375</u>
Resultado por ação	15	6,43	2,83

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

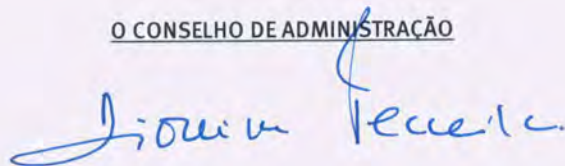
					Unidade Monetária: Euro	
	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013		1 600 000	320 000	899 225	2 819 225	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Alterações de políticas contabilísticas	5	-	-	-	-	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO				905 375	905 375	
RESULTADO INTEGRAL				905 375	905 375	
OUTRAS OPERAÇÕES NO PERÍODO						
Transferência para reservas e resultados transitados				-	-	
Distribuição de dividendos	14	-	-	(899 225)	(899 225)	
				(899 225)	(899 225)	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2013		1 600 000	320 000	905 375	2 825 375	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014		1 600 000	320 000	905 375	2 825 375	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Alterações de políticas contabilísticas	5	-	-	-	-	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO				873 561	873 561	
RESULTADO INTEGRAL				873 561	873 561	
OUTRAS OPERAÇÕES NO PERÍODO						
Redução do Capital social	12	(1 300 000)	-	-	(1 300 000)	
Redução de Reservas legais	13	-	(260 000)	-	(260 000)	
Distribuição de dividendos	14	-	-	(905 375)	(905 375)	
		(1 300 000)	(260 000)	(905 375)	(2 465 375)	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2014		300 000	60 000	873 561	1 233 561	

As notas anexas fazem parte da demonstração das alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Luís António J. B. Louro

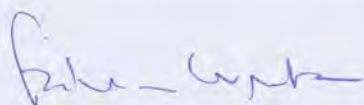
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

Unidade Monetária: Euro

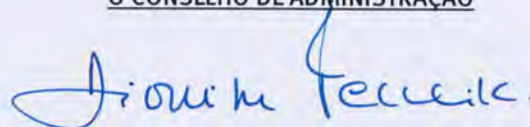
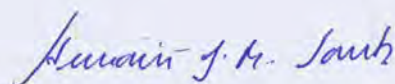
	NOTAS	31-12-2014	31-12-2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		2 699 247	2 974 695
Pagamentos a fornecedores		(619 738)	(567 266)
Pagamentos ao pessoal		(569 825)	(903 424)
Caixa gerada pelas operações		1 509 684	1 504 005
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(287 412)	(262 459)
Pagamento de outros impostos		(395 292)	(400 843)
Outros recebimentos/pagamentos		(2 233)	(4 094)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		824 747	836 609
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Juros e rendimentos similares		35 312	37 040
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Outros Ativos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		35 312	37 040
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares	25	(1)	-
Dividendos	14	(905 375)	(899 225)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	12, 13	(1 560 000)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(2 465 376)	(899 225)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(1 605 317)	(25 576)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 640 482	1 666 058
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	35 165	1 640 482

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2.2. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DEZEMBRO 2014

(Montantes expressos em euros)

ÍNDICE

1.	NOTA INTRODUTÓRIA	12
2.	REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
3.	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	12
4.	FLUXOS DE CAIXA	23
5.	ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ERROS E ESTIMATIVAS	23
6.	PARTES RELACIONADAS	23
7.	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	27
8.	ATIVOS INTANGÍVEIS	27
9.	GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	28
10.	CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER	29
11.	DIFERIMENTOS	30
12.	CAPITAL	30
13.	RESERVAS E OUTRAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO	30
14.	DIVIDENDOS	31
15.	RESULTADOS POR AÇÃO	31
16.	PROVISÕES, GARANTIAS PRESTADAS, PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS	32
17.	FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR	32
18.	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	33
19.	VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	34
20.	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	34
21.	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	34
22.	GASTOS COM PESSOAL	35
23.	DEPRECIAÇÕES/ AMORTIZAÇÕES E IMPARIDADE DE INVESTIMENTOS	36
24.	OUTROS GASTOS E PERDAS	36
25.	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	36
26.	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	36
27.	INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS	38
28.	ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES	38

Conforme previsto no Anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, a Empresa aplica supletivamente as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho e as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) e as respetivas interpretações (“SIC/IFRIC”) do IASB, de forma a colmatar lacunas ou omissões relativas a aspetos de algumas transações ou situações particulares não previstas no SNC.

Nos períodos de 2014 e de 2013 a que respeitam as presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que pudessem ter produzido efeitos materialmente relevantes pondo em causa a imagem verdadeira e apropriada da informação divulgada.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Empresa na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas.

3.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis (Nota 7) são inicialmente registados ao custo de aquisição ou de produção. O custo de aquisição inclui: (i) o preço de compra do ativo, (ii) as despesas diretamente imputáveis à compra, e (iii) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos ativos e restauração do local. Após o reconhecimento inicial os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo deduzido de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas de acordo com o método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil dos ativos, a qual é determinada em função da utilidade esperada, cessando quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 – 50
Equipamento básico	4 – 10
Equipamento de transporte	4 – 7
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros activos fixos tangíveis	5 – 10

Os terrenos não são depreciables.

A depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

Em cada data de relato, a Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que existam tais indícios, os ativos fixos tangíveis são sujeitos a testes de imparidade, sendo o excesso da quantia escriturada face à quantia recuperável, caso exista, reconhecido em resultados. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo menos os custos de o vender e o seu valor de uso.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção. Estes ativos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados nos fins pretendidos.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As grandes reparações que originem acréscimo de benefícios ou de vida útil esperada são registadas como ativos fixos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil esperada. A componente substituída é identificada e abatida.

As mais ou menos valias decorrentes da alienação de ativos fixos tangíveis, determinadas pela diferença entre o valor de venda e a respetiva quantia registada na data da alienação, são contabilizadas em resultados na rubrica “Outros rendimentos e ganhos “ ou “Outros gastos e perdas” (Notas 20 e 24).

3.2 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis (Nota 8) são inicialmente registados ao custo de aquisição. Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido das amortizações acumuladas e das perdas de imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis, compreendem essencialmente despesas com patentes, *software* (sempre que este é separável do *hardware* e esteja associado a projetos em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros), licenças e outros direitos de uso. Também incluem as despesas de desenvolvimento dos projetos de I&D sempre que se demonstre a intenção e a capacidade técnica para completar esse desenvolvimento, a fim de o mesmo estar disponível para comercialização ou uso. As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil estimada, que se situa num período que varia entre 3 e 5 anos. Exceção para os ativos respeitantes a propriedade industrial, que são amortizados durante o período de tempo em que tem lugar a sua utilização exclusiva e, para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, que não são objeto de amortização, sendo antes sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou sempre que haja uma indicação de que possam estar em imparidade. A CTT GEST realiza testes de imparidade em dezembro de cada ano.

As mais ou menos valias resultantes da alienação dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação, sendo registadas na Demonstração dos resultados por naturezas como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas” (Notas 20 e 24).

3.3 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira para os quais não há acordo de fixação de câmbio são convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas” na Demonstração dos resultados por naturezas do período (Notas 20 e 24).

3.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis, exceto goodwill

A Empresa efetua avaliações de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis, sempre que ocorre algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso da existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. O justo valor é o valor que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados do ativo durante a vida útil esperada. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que se refere, na rubrica de “Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados como dedução à rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada

até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em anos anteriores, e é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados.

3.5 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos financeiros da Empresa são basicamente os Clientes e outras contas a receber e Caixa e equivalentes de caixa. Os passivos financeiros são fundamentalmente os Financiamentos obtidos e os Fornecedores e outras contas a pagar. Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados na data do relato financeiro ao custo ou ao custo amortizado subtraído da perda por imparidade, sendo o custo amortizado determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Por instrumento de capital próprio entende-se um qualquer contrato que evidencie um interesse nos ativos da Empresa após a subtração de todos os passivos. Os instrumentos de capital próprio são basicamente as ações/ quotas da empresa e prestações suplementares e acessórias, sempre que cumpram o conceito de instrumento de capital próprio.

Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outros devedores constituem as contas a receber por serviços prestados pela Empresa no decurso normal da sua atividade (Nota 10). Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas de realização estimadas (perdas por imparidade), calculadas essencialmente com base na antiguidade das contas a receber. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Two handwritten signatures in blue ink, one on the left and one on the right, positioned above a red horizontal line.

As contas a receber classificadas como ativo não corrente são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo da correspondente perda em resultados.

O seu desreconhecimento só ocorre quando expiram os direitos contratuais.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existam limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente. Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o seu custo amortizado não difere do seu valor nominal.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de "Caixa e seus equivalentes" é deduzida dos descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de "Financiamentos obtidos" (Nota 4).

Financiamentos obtidos

Os financiamentos são registados ao custo ou ao custo amortizado. O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. São expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo do seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tenha havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e, contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do balanço, classificados na rubrica de "Outras contas a pagar" (Nota 17).

Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outros credores (Nota 17) são responsabilidades respeitantes à aquisição de mercadorias ou serviços pela Empresa no decurso normal das suas atividades. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

A handwritten signature in blue ink, possibly reading "f.", located at the bottom left of the page.A handwritten signature in blue ink, possibly reading "H" or "JH", located at the bottom right of the page.

As contas a pagar classificadas como passivo não corrente, para as quais não exista uma obrigação contratual pelo pagamento de juros, são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Instrumentos de capital próprio

Um instrumento de capital próprio só é reconhecido quando é emitido e subscrito. Se um instrumento de capital próprio for emitido, subscrito e se os recursos não forem proporcionados, a quantia a receber é relevada como dedução ao capital próprio.

Caso a empresa adquira ou readquira os seus próprios instrumentos de capital próprio, estes instrumentos são reconhecidos como dedução ao capital próprio.

Os custos com a emissão de novas ações são reconhecidos diretamente em capital como dedução ao valor do encaixe.

Os custos com uma emissão de capital próprio que não se concluiu são reconhecidos como gasto.

3.6 Resultados por ação

Os resultados por ação (Nota 15) são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

3.7 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos, quando aprovados em Assembleia-Geral da Empresa e enquanto não pagos ao acionista, é reconhecida como um passivo (Nota 14).

3.8 Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões (Nota 16) quando, cumulativamente: (i) a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

O montante das provisões corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a atualização financeira registada como custo financeiro na rubrica de "Juros e gastos similares suportados" (Nota 25).

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivo contingente (Nota 16). Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos.

3.9 Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é efetuada em função da substância e não da forma do contrato. As locações são classificadas como financeiras sempre que nos seus termos ocorra a transferência substancial, para o locatário, de todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades para com o locador, são registados no balanço no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. A taxa de desconto a utilizar deverá ser a taxa implícita na locação. Caso esta não seja conhecida deverá ser utilizada a taxa de financiamento da Empresa para aquele tipo de investimentos.

A política de depreciação destes ativos segue as regras aplicáveis aos ativos tangíveis propriedade da Empresa. Os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do ativo fixo tangível são reconhecidos na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que respeitam.

Nas locações operacionais as rendas devidas são reconhecidas como gasto na Demonstração dos resultados por naturezas, durante o período da locação.

3.10 Rédito

O rédito relativo a vendas, e prestações de serviços, *royalties* e juros decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado (Nota 19).

O reconhecimento de um rédito exige que (i) seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa, (ii) o montante do rédito possa ser fiavelmente mensurado, (iii) os custos incorridos ou a incorrer com a transação também possam ser mensurados com fiabilidade e, (iv)

que a fase de acabamento da prestação de serviços/ transação possa ser mensurada com fiabilidade, no caso da prestação de serviços/transação ser reconhecida com base na percentagem de acabamento.

O rédito relativo à prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que as condições do seu reconhecimento, acima enumeradas, sejam satisfeitas e a fase de acabamento da transação/ serviço possa ser razoavelmente estimada.

O rédito refere-se substancialmente a: (i) prestação de serviços de distribuição de correspondência e assessoria técnica a empresas do grupo; (ii) *royalties* da cedência do uso de marca e (iii) *fee* cobrado por cedência da utilização de licença.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.11 Impostos

Imposto sobre o rendimento ("IRC")

A Empresa encontra-se abrangida pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades que engloba todas as empresas em que os CTT participam, direta ou indiretamente, em pelo menos 90% do respetivo capital social e que simultaneamente sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de IRC, pelo que a estimativa de imposto sobre o rendimento e as retenções efetuadas por terceiros são registadas no balanço como contas a pagar e a receber dos CTT.

O imposto sobre o rendimento (Nota 26) corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período calculado de acordo com as leis fiscais vigentes à data do balanço. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. Porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos

possam ser utilizados. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

3.12 Regime do acréscimo

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Os rendimentos e os gastos reconhecidos na demonstração de resultados por naturezas que ainda não tenham sido faturados ou cuja fatura de aquisição ainda não tenha sido rececionada são registados por contrapartida de “Devedores por acréscimos de rendimentos” ou de “Credores por acréscimos de gastos” relevados nas rubricas de balanço de “Outras contas a receber” e “Outras contas a pagar”, respetivamente (Notas 10 e 17). Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de “Diferimentos” do passivo e do ativo, respetivamente (Nota 11)

3.13 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF foram utilizados julgamentos e estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas e pressupostos são determinados com base no melhor conhecimento existente à data de preparação das demonstrações financeiras e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das situações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras ocorrem nas seguintes áreas:

(i) Ativos fixos tangíveis e intangíveis/ estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir do mês em que o ativo se encontra disponível para utilização. As taxas de



depreciação praticadas refletem o melhor conhecimento sobre a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, quando se afigura necessário.

(ii) Provisões

A Empresa exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem-sucedido. As provisões são constituídas quando a Empresa espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível. Revisões às estimativas destas perdas podem afetar os resultados futuros.

3.14 Matérias ambientais

A Empresa tem a obrigação legal de evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental decorrentes das suas atividades, podendo incorrer em dispêndios para assegurar o integral cumprimento das suas obrigações (Nota 27).

Em termos de política ambiental a Empresa pretende ter cobertos e dominados todos os aspetos da conformidade legal, tendo assumido compromissos em termos da melhoria continuada do desempenho ambiental em que se destaca:

- (i) Prevenção da poluição,
- (ii) Cumprimento da legislação,
- (iii) Comunicação e divulgação a todas as partes interessadas da política ambiental da Empresa,
- (iv) Formação e sensibilização dos trabalhadores,
- (v) Análise dos impactes ambientais derivados da atividade da Empresa,
- (vi) Definição de *standards* ambientais para fornecedores e parceiros.

3.15 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço mas antes da data de aprovação das demonstrações financeiras pelo órgão de gestão da Empresa e desde que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”) são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais (Nota 28).




4. FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através da qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Através de demonstração dos fluxos de caixa, são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional, nomeadamente o imposto sobre o rendimento. As atividades de investimento incluem, nomeadamente pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos e recebimentos de juros. As atividades de financiamento incluem os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, juros pagos e pagamentos de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a caixa e seus equivalentes que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidas de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, detalha-se como segue:

	2014	2013
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	35.165	135.482
Depósitos bancários a prazo	-	1.505.000
Caixa e seus equivalentes (Balanço)	<u>35.165</u>	<u>1.640.482</u>

A diminuição do saldo de caixa e seus equivalentes, no período findo em 31 dezembro 2014, está diretamente relacionada com a redução do capital (Nota 12).

5. ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ERROS E ESTIMATIVAS

Durante o exercício não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período anterior, apresentada para efeitos comparativos. Adicionalmente, não foram reconhecidos erros materiais relativos a estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras de períodos anteriores.

6. PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota 1, a Empresa é integralmente detida pelos CORREIOS DE PORTUGAL, S.A - SOCIEDADE ABERTA. Consequentemente, todas as empresas que fazem parte do Grupo CTT foram consideradas como partes relacionadas da Empresa, ou seja, o conceito de partes relacionadas inclui não




apenas as suas próprias entidades subsidiárias e associadas mas também outras empresas subsidiárias dos CTT.

Os termos ou condições praticados entre as partes relacionadas são em regra substancialmente idênticos aos que normalmente são contratados aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 foram efetuadas as seguintes transações e existiam os seguintes saldos com partes relacionadas:

		2014				
		Clientes e outras contas receber	Fornecedores e outras contas pagar	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SD)	Rendimentos	Gastos
Empresas do Grupo CTT						
	Empresa Mãe	106.460	49.145	41.028	1.338.083	541.569
	Outras partes relacionadas	91.666	3.031	-	885.835	38.211
		<u>198.126</u>	<u>52.176</u>	<u>41.028</u>	<u>2.223.918</u>	<u>579.780</u>
		2013				
		Clientes e outras contas receber	Fornecedores e outras contas pagar	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SD)	Rendimentos	Gastos
Empresas do Grupo CTT						
	Empresa Mãe	140.813	43.193	12.458	1.574.797	512.774
	Outras partes relacionadas	116.094	2.084	-	972.017	5.221
		<u>256.907</u>	<u>45.277</u>	<u>12.458</u>	<u>2.546.814</u>	<u>517.995</u>

SD - sados devedores; SC - saldos credores

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a natureza e o detalhe, por empresa do Grupo CTT, dos principais saldos devedores e credores era como segue:

	2014				
	Clientes e outras contas a receber	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SD)	Total de contas a receber	Fornecedores e outras contas pagar	Total de contas a pagar
Empresa Mãe					
CTT Correios de Portugal, S.A.	106.460	41.028	147.488	49.145	49.145
Outras partes relacionadas					
Payshop, S.A.	91.959	-	91.959	-	-
Mailtec Consultoria, S.A.	(293)	-	(293)	-	-
Mailtec Processos, Lda.	-	-	-	3.031	3.031
	<u>198.126</u>	<u>41.028</u>	<u>239.154</u>	<u>52.176</u>	<u>52.176</u>

	2013				
	Clientes e outras contas a receber	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SD)	Total de contas a receber	Fornecedores e outras contas pagar	Total de contas a pagar
Empresa Mãe					
CTT Correios de Portugal, S.A.	140.813	12.458	153.271	43.193	43.193
Outras partes relacionadas					
Payshop, S.A.	115.031	-	115.031	-	-
Post Contacto, lda.	1.356	-	1.356	-	-
Mailtec Consultoria, S.A.	(293)	-	(293)	-	-
Mailtec Processos, Lda.	-	-	-	2.084	2.084
	<u>256.907</u>	<u>12.458</u>	<u>269.365</u>	<u>45.277</u>	<u>45.277</u>

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a natureza e o detalhe, por empresa do Grupo CTT, das principais transações era como segue:

	2014			
	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	Fornecimentos e serviços externos	Gastos com pessoal
Empresa Mãe				
CTT Correios de Portugal, S.A.	846.900	491.183	535.369	6.200
Outras partes relacionadas				
Payshop, S.A.	883.276	-	-	-
Post Contacto, lda.	-	2.559	-	-
Mailtec Comunicação, S.A.	-	-	-	-
Mailtec Consultoria, S.A.	-	-	-	-
Mailtec Processos, Lda.	-	-	38.211	-
	<u>1.730.176</u>	<u>493.742</u>	<u>573.580</u>	<u>6.200</u>

	2013			
	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	Fornecimentos e serviços externos	Gastos com pessoal
Empresa Mãe				
CTT Correios de Portugal, S.A.	889.800	684.997	512.774	-
Outras partes relacionadas				
Payshop, S.A.	908.355	-	-	-
Post Contacto, lda.	-	6.186	-	-
Mailtec Comunicação, S.A.	-	10.764	-	-
Mailtec Consultoria, S.A.	-	46.712	-	-
Mailtec Processos, Lda.	-	-	5.221	-
	<u>1.798.155</u>	<u>748.659</u>	<u>517.995</u>	<u>-</u>

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a natureza e o detalhe, por empresa do Grupo CTT, dos principais fluxos de caixa era como segue:

	2014				
	Pagamentos			Recebimentos	
	Atividades operacionais	Atividades de financiamento	Total de pagamentos	Atividades operacionais	Total de recebimentos
Empresa Mãe					
CTT Correios de Portugal, S.A.	557.195	2.465.376	3.022.571	1.586.168	1.586.168
Outras partes relacionadas					
Payshop, S.A.	-	-	-	1.109.501	1.109.501
Post Contacto, lda.	-	-	-	3.915	3.915
Mailtec Processos, Lda.	35.695	-	35.695	-	-
	<u>592.890</u>	<u>2.465.376</u>	<u>3.058.266</u>	<u>2.699.584</u>	<u>2.699.583</u>
	2013				
	Pagamentos			Recebimentos	
	Atividades operacionais	Atividades de financiamento	Total de pagamentos	Atividades operacionais	Total de recebimentos
Empresa Mãe					
CTT Correios de Portugal, S.A.	531.613	899.225	1.430.838	1.876.403	1.876.403
Outras partes relacionadas					
Payshop, S.A.	-	-	-	1.091.614	1.091.614
Post Contacto, lda.	-	-	-	4.830	4.830
Mailtec Comunicação, S.A.	-	-	-	10.764	10.764
Mailtec Consultoria, S.A.	-	-	-	47.004	47.004
	<u>531.613</u>	<u>899.225</u>	<u>1.430.838</u>	<u>3.030.615</u>	<u>3.030.615</u>

Handwritten signatures and initials in blue ink.

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, não ocorreram movimentos na quantia escriturada dos “Ativos fixos tangíveis”, nem nas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, continuando com saldo nulo.

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, o movimento ocorrido nas principais classes de ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

	2014		
	Projetos de desenvol.	Propriedade industrial	Total
Ativos intangíveis			
Saldo inicial	655.596	3.326.814	3.982.410
Saldo final	655.596	3.326.814	3.982.410
Amortizações acumuladas			
Saldo inicial	655.596	2.123.975	2.779.571
Amortizações do período	-	830	830
Saldo final	655.596	2.124.805	2.780.401
Ativos intangíveis líquidos	-	1.202.009	1.202.009
	2013		
	Projetos de desenvol.	Propriedade industrial	Total
Ativos intangíveis			
Saldo inicial	655.596	3.326.814	3.982.410
Saldo final	655.596	3.326.814	3.982.410
Amortizações acumuladas			
Saldo inicial	655.596	2.092.578	2.748.174
Amortizações do período	-	31.397	31.397
Saldo final	655.596	2.123.975	2.779.571
Ativos intangíveis líquidos	-	1.202.839	1.202.839

As amortizações do período, em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, no montante de 830 Euros e 31.397 Euros respetivamente, foram registadas na rubrica “Gastos/ reversões de depreciação e de amortização” (Nota 23), na demonstração dos resultados por naturezas.

Na rubrica Propriedade industrial encontra-se registada a licença da marca “Payshop Internacional” no montante de 1.200.000 Euros. Esta licença não se encontra em amortização uma vez que tem uma vida útil indeterminada. Também não existindo qualquer indicador de perda por imparidade, não se registou qualquer ajustamento.

9. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Os riscos financeiros compreendem os riscos de crédito, de mercado, de taxa de juro e os riscos de liquidez.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando em perdas financeiras para a Empresa. Na Empresa o risco de crédito situa-se essencialmente nas contas a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a sua atividade operacional e de tesouraria.

O risco de crédito nas contas a receber é monitorizado numa base regular por cada um dos negócios da Empresa com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber, acompanhando a evolução do nível de crédito concedido, e analisando a recuperabilidade dos valores a receber. O agravamento das condições económicas ou as adversidades que afetem as economias podem originar incapacidade dos clientes para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados da Empresa. Os saldos a receber referem-se substancialmente a empresas do grupo o que mitiga este risco.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro está essencialmente relacionado com os juros obtidos com a aplicação dos excedentes de tesouraria.

Os ganhos resultantes das operações financeiras são importantes, pelo que as alterações das taxas de juro têm um impacto direto na receita financeira da Empresa.

Com o propósito de reduzir o impacto do risco de taxa de juro, a Empresa acompanha numa base regular e sistemática as tendências de mercado, com vista a alavancar a relação prazo/ taxa por um lado e risco/ rentabilidade por outro.

Handwritten signatures in blue ink.

Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades, os fluxos de caixa operacionais e os fluxos de caixa obtidos de operações de desinvestimento, de linhas de crédito e de financiamento, não satisfizerem as necessidades existentes, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos e a remuneração do acionista. Com base nos fluxos de caixa gerados pelas operações e nas disponibilidades de caixa, a Empresa entende que tem capacidade para cumprir as suas obrigações.

10. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 as rubricas “Clientes” e “Outras contas a receber” apresentavam a seguinte composição:

	2014			2013		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida
Clientes						
Correntes	198.127	-	198.127	256.908	-	256.908
Não correntes	-	-	-	-	-	-
	<u>198.127</u>	<u>-</u>	<u>198.127</u>	<u>256.908</u>	<u>-</u>	<u>256.908</u>
Outras contas a receber						
Correntes	72.417	-	72.417	105.213	-	105.213
Não correntes	-	-	-	-	-	-
	<u>72.417</u>	<u>-</u>	<u>72.417</u>	<u>105.213</u>	<u>-</u>	<u>105.213</u>
	<u>270.544</u>	<u>-</u>	<u>270.544</u>	<u>362.121</u>	<u>-</u>	<u>362.121</u>

Clientes

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a antiguidade do saldo do item “Clientes” é detalhada conforme se segue:

	2014		2013	
	Empresas do Grupo	Total	Empresas do Grupo	Total
Clientes				
Saldo não vencido	198.127	198.127	238.624	238.624
Saldo vencido:				
30-90 dias	-	-	18.284	18.284
	<u>198.127</u>	<u>198.127</u>	<u>256.908</u>	<u>256.908</u>




Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, as rubricas de “Outras contas a receber” apresentavam o seguinte detalhe:

	2014	2013
Corrente		
Devedores por acréscimo de rendimentos	58.424	87.995
Outros ativos correntes	13.993	17.218
	<u>72.417</u>	<u>105.213</u>

11. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica “Diferimentos” do ativo corrente e do passivo corrente apresentava saldo nulo (31 Euros de passivo corrente em 2013).

12. CAPITAL

Capital

Em 31 de dezembro de 2014 o capital da Empresa era composto por 60.000 ações com o valor nominal de 5,00€ cada, sendo detido na sua totalidade pelo acionista CTT Correios de Portugal, S.A - Sociedade Aberta. O capital encontra-se totalmente subscrito e realizado.

Em Assembleia Geral realizada em 16 de abril de 2014, o capital social da CTT Gest foi adequado ao atual nível de atividade da empresa, tendo sido reduzido de 1.600.000 Euros para 300.000 Euros mantendo o valor nominal de 5,00€ por ação. O montante de 1.300.000 Euros referente à redução do capital social foi transferido para “Resultados atribuídos” e distribuídos ao acionista.

13. RESERVAS E OUTRAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a rubrica de “Reservas legais” apresentava o seguinte detalhe:

Handwritten initials: KA

Handwritten initials: f.

	2014	2013
Saldo inicial	320.000	320.000
Outras variações	(260.000)	-
Saldo final	<u>60.000</u>	<u>320.000</u>

Em resultado da redução de capital social da Empresa (Nota 12), e mantendo os 20% do capital, as reservas legais foram reduzidas no montante de 260.000 Euros, tendo sido transferidas para “Resultados atribuídos” e distribuídos ao acionista.

Resultados transitados

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Resultados transitados”:

	2014	2013
Saldo inicial	-	-
Aplicação do resultado do período anterior	905.375	899.225
Distribuição de dividendos	(905.375)	(899.225)
Saldo final	<u>-</u>	<u>-</u>

14. DIVIDENDOS

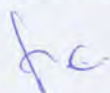
Na Assembleia-Geral realizada em 16 de abril de 2014, foi aprovada a distribuição de um dividendo de 2,83 Euros por ação referente ao período 2013, tendo sido pago, no mês de maio de 2014 o dividendo de 350.000 Euros e o restante em julho de 2014, no valor total de 905.375 Euros.

Na Assembleia-Geral realizada em 6 de maio de 2013, foi aprovada a distribuição de um dividendo de 2,81 Euros por ação referente ao período 2012, tendo sido pago, no mês de junho de 2013 o dividendo de 899.225 Euros.

15. RESULTADOS POR AÇÃO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, os resultados por ação foram calculados como segue:

	2014	2013
Resultado líquido do período	873.561	905.375
Nº médio de ações ordinárias	135.833	320.000
Resultado líquido por ação	<u>6,43</u>	<u>2,83</u>




16. PROVISÕES, GARANTIAS PRESTADAS, PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Provisões

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, as “Provisões” constituídas pela Empresa tiveram o seguinte movimento:

	2014			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Provisões correntes				
Processos judiciais	51.221	5.000	(30.001)	26.220
	<u>51.221</u>	<u>5.000</u>	<u>(30.001)</u>	<u>26.220</u>
	2013			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Provisões correntes				
Processos judiciais	95.672	15.549	(60.000)	51.221
	<u>95.672</u>	<u>15.549</u>	<u>(60.000)</u>	<u>51.221</u>

As reversões respeitam a anulações por as quantias provisionadas se revelarem desnecessárias.

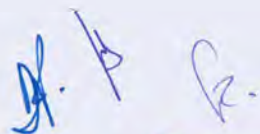
A provisão para processos judiciais destina-se à cobertura de presumíveis gastos com um conjunto de processos judiciais em curso no Tribunal do Trabalho.

Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2014, a Empresa tinha assumido um compromisso por garantia prestada a favor de tribunal no montante de 21.200 Euros.

17. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as rubricas “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:



Fornecedores

	2014			2013		
	Empresas do Grupo	Outros fornecedores	Total	Empresas do Grupo	Outros fornecedores	Total
Fornecedores, conta corrente:						
Não vencido	52.176	390	52.566	43.193	2.615	45.808
0-30 dias	-	415	415	-	-	-
30-90 dias	-	568	568	-	16	16
180-360 dias	-	-	-	-	167	167
>360 dias	-	13.210	13.210	-	13.111	13.111
	<u>52.176</u>	<u>14.583</u>	<u>66.759</u>	<u>43.193</u>	<u>15.909</u>	<u>59.102</u>

Outras contas a pagar

	2014	2013
Corrente		
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	132.466	175.162
Outros	4.023	4.790
Outros credores		
Outros	12.961	13.032
	<u>149.450</u>	<u>192.984</u>

18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a rubrica de "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

	2014	2013
Passivo corrente		
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	5.364	7.116
Imposto sobre o valor acrescentado	57.608	67.603
Contribuições para a Segurança Social	9.784	14.468
	<u>72.756</u>	<u>89.187</u>

O ativo corrente relativo ao imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (Nota 26) encontra-se refletido na rubrica de "Acionistas/sócios e empresas do Grupo" (Nota 6), uma vez que a Empresa está abrangida pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (Nota 3.11), tendo sido apurado como segue:




	2014	2013
Ativo corrente		
Estimativa de imposto	(277.830)	(327.550)
Pagamentos por conta	69.846	123.579
Retenção na Fonte	249.012	216.429
	<u>41.028</u>	<u>12.458</u>

19. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, as categorias significativas do rédito da Empresa eram as seguintes:

	2014	2013
Prestação de serviços	<u>1.730.207</u>	<u>1.838.151</u>
	<u>1.730.207</u>	<u>1.838.151</u>

20. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a composi o da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" era conforme se segue:

	2014	2013
Cedência pessoal	493.742	748.601
Outros ganhos	-	58
Juros obtidos	24.674	43.176
	<u>518.416</u>	<u>791.835</u>

21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" tinha a seguinte composi o:

	2014	2013
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	572.794	525.286
Conservação e reparação	838	1.327
Energia e fluídos	699	898
Outros	461	239
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	2.133	3.730
Comunicação	391	570
Seguros	10.966	12.220
Contencioso e notariado	769	1.152
Outros serviços	7.018	6.848
	<u>596.069</u>	<u>552.270</u>

22. GASTOS COM PESSOAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica de “Gastos com o pessoal” tinha a seguinte composição:

	2014	2013
Fiscal único	18.360	-
Remunerações do pessoal	367.305	612.400
Subsídio de alimentação	50.905	79.529
Abonos quilométricos e outros abonos	6.123	8.496
Encargos sobre remunerações	99.163	152.260
Outros gastos com o pessoal	148	1.784
	<u>542.005</u>	<u>854.469</u>

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 o nº médio de pessoal ao serviço da Empresa era, respetivamente, 22 e 21 colaboradores.

Remunerações dos órgãos sociais

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as remunerações fixas atribuídas aos órgãos sociais da Empresa, foram as seguintes:

	2014	2013
Fiscal Único		
Remunerações fixas	18.360	-
	<u>18.360</u>	<u>-</u>

23. DEPRECIações/ AMORTIZAções E IMPARIDADE DE INVESTIMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, o detalhe das “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” era o seguinte:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativos intangíveis		
Amortizações (Nota 8)	830	31.397
	<u>830</u>	<u>31.397</u>

24. OUTROS GASTOS E PERDAS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” era conforme segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Impostos e taxas	303	422
Multas	204	-
Serviços bancários	1.799	2.955
Outros gastos e perdas	10	-
	<u>2.316</u>	<u>3.377</u>

25. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a rubrica “Juros e gastos similares suportados” encontrava-se detalhada como se segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Juros suportados		
Financiamentos bancários	1	-
	<u>1</u>	<u>-</u>

26. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a imposto sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa normal de 23%, sendo a Derrama fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, atingindo-se uma taxa máxima agregada de cerca de 24,5%.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Reconciliação da taxa de imposto

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a reconciliação entre o montante resultante da aplicação da taxa nominal de imposto ao resultado antes de impostos e o gasto com imposto sobre o rendimento foi como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Resultado antes de impostos	1.132.403	1.232.924
Taxa nominal de imposto	23,0%	25,0%
Imposto esperado	<u>260.453</u>	<u>308.231</u>
Diferenças permanentes		
Outras situações, liquidadas	204	-
Total dos acertos	204	-
Lucro tributável	1.132.606	1.232.924
Colecta	260.499	308.231
Ajustamentos à colecta - tributação autónoma	342	825
Ajustamentos à colecta - derrama municipal	16.989	18.494
Excesso de estimativa e restituição de impostos	<u>(18.988)</u>	-
Imposto sobre o rendimento do período	<u>258.842</u>	<u>327.550</u>
Taxa efectiva de imposto	22,86%	26,57%
Excesso de estimativa e restituição de impostos		
Impostos sobre o rendimento do período		
Imposto corrente	277.830	327.550
Excesso de estimativa e restituição de impostos	<u>(18.988)</u>	-
	<u>258.842</u>	<u>327.550</u>

Outras informações

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. As declarações fiscais da Empresa de 2010 podem ser sujeitas a revisão uma vez que as anteriores àquela data já foram sujeitas a inspeção tributária.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.




27. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

Em termos de política ambiental, a empresa pretende ter cobertos e dominados todos os aspetos de conformidade legal, tendo assumido compromissos em termos de melhoria continuada do desempenho ambiental, tendo subscrito um seguro de responsabilidade civil destinado a assegurar a cobertura de responsabilidades ambientais decorrentes da transposição para o ordenamento jurídico português, através do Decreto-Lei n.º147/2008 de 29 de julho, da Diretiva relativa à responsabilidade administrativa pela prevenção e reparação de danos ambientais, nomeadamente, (i) danos causados às espécies e habitats naturais protegidos, (ii) danos causados à água e contaminação do solo através de poluição que criem um risco significativo à saúde humana.

Não existem quaisquer passivos de carácter ambiental nem obrigações presentes, quer legais, que construtivas relacionadas com matérias ambientais que devam dar origem à constituição de provisões.

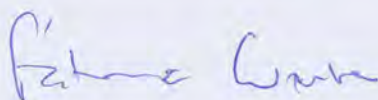
28. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Autorização para emissão das demonstrações financeiras

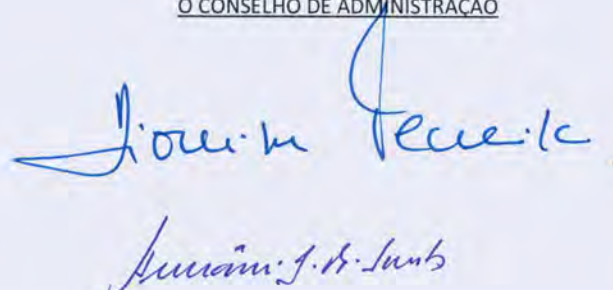
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa e autorizadas para emissão em 26 de fevereiro de 2015.

Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras da **CTT Gest – Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 1.548.746 euros e um total de capital próprio de 1.233.561 euros, incluindo um resultado líquido de 873.561 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

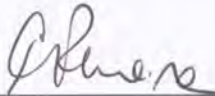
Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **CTT Gest – Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A.** em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Lisboa, 26 de Março de 2015



KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Maria Cristina Santos Ferreira (ROC n.º 1010)



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas da
CTT Gest – Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A.

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da **CTT Gest – Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A.**, apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta apresentado pelo Conselho de Administração da **CTT Gest – Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A.**, relativamente ao período findo em 31 de Dezembro de 2014.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do período findo em 31 de Dezembro de 2014, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adoptadas pela Sociedade e as divulgações incluídas no Anexo conduzem a uma correcta representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras, apresentadas que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente anexo.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas sem ênfases e sem reservas, decorrente do exame realizado.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- a. As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- b. As políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações efectuadas são adequadas; e
- c. O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

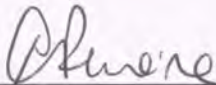
Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao período findo em 31 de Dezembro de 2014;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 26 de Março de 2015

O FISCAL ÚNICO



KPMG & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Maria Cristina Santos Ferreira (ROC n.º 1010)